



PREFEITURA MUN. DE TAQUARANA/AL

FLS.: _____

ASS.: _____

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

Senhor Licitante,

Solicito a V.S^a preencher o protocolo de entrega de edital abaixo e remetê-lo ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, através do fax n.º (82) 3425-1398, ou e-mail cpl.taquarana@hotmail.com.

O não preenchimento do protocolo de entrega do edital exige o Presidente da Comissão de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como, de quaisquer informações adicionais.

Obs.: Este protocolo só terá validade para Comissão Permanente de Licitação se estiver devidamente assinado e carimbado pelo representante da empresa e/ou pelo responsável que retirou o edital.

PROTOCOLO DE ENTREGA DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇO N. 03/2015

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:.....

C.N.P.J. N.º

ENDEREÇO.....

CEP CIDADE / ESTADO

TELEFONE: FAX

E-MAIL:.....

NOME DA PESSOA PARA CONTATO:

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO EDITAL:

.....

Recebemos cópia do instrumento convocatório acima identificado assinado e carimbado.

Taquarana/ Alagoas de de 2015.

.....

Assinatura /carimbo



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 12-2014000006523

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA, através de sua Comissão Permanente de Licitação de Obras, devidamente designada pela Portaria nº 236/2014, de 31 de outubro de 2014, torna público para o conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade **Tomada de Preço**, o certame seletivo será do tipo menor preço e será executado no **regime de empreitada por preços global**, conforme descrito neste Edital, e em conformidade com a lei Lei 8.666/93 e suas alterações.

DATA, HORÁRIO E ENDEREÇO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES

LOCAL:Rua Cícero Rodrigues, Nº 47, Centro, Taquarana – Alagoas

DATA DE ABERTURA: 19/03/2015

HORÁRIO: 09:00 horas

A presente licitação e a contratação dela decorrente têm fundamento legal na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

Este Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na Comissão Permanente de Licitação de Obras, e serão fornecidos, no horário das 08:00 às 12:00, **até o dia 16 de Março de 2015**

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

1.1. Apresente licitação tem como objeto a contratação de empresa de engenharia civil para execução de obras de edificações públicas da Administração, Educação e Saúde no Município de Taquarana.

1.2. As obras e serviços deverão atender às normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

1.3. Todas as despesas decorrentes da execução das obras e serviços, objeto desta licitação, serão por conta da LICITANTE vencedora.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar da presente licitação empresas da construção civil regularmente constituída e em operação no território nacional, bem assim que se encontrem devidamente inscritas no Registro Cadastral de Habilitação da Prefeitura Municipal de Taquarana, o atendimento a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das Documentações e Propostas.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

2.2. É vedada a participação de empresas submetidas a sanções administrativas declaratórias de inidoneidade, suspensivas do direito de participar em licitações públicas ou impedidas de que contratem com órgãos da administração federal, estadual ou municipal.

2.3. Neste certame seletivo é vedada ainda, a participação de empresas em consórcio.

3. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os Documentos de Habilitação e as Proposta de Preços acondicionados nos envelopes "A" e "B" serão recebidos simultaneamente pela Comissão Permanente de Licitação de Obras na data, hora e local indicado neste Edital.

3.2. A Comissão Permanente de Licitação de Obras somente receberá Documentos e Propostas que lhes forem entregues pessoalmente pelos representantes credenciados.

3.3. Os documentos do credenciamento deverão ser entregues no dia, hora e local referido no preâmbulo deste instrumento, fora dos envelopes 01 e 02.

3.4. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto a CPL por meio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo cópia autenticada em cartório ou pela Comissão de Licitação da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

3.5. Do Credenciamento

3.5.1. A sessão pública poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente dela participará ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

3.5.2. Uma vez dado início ao credenciamento não serão mais aceitos novos participantes no certame.

3.5.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante;

3.5.4. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Presidente da Comissão de Licitação por meio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

3.6. Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.6.1. No caso de empresário individual:

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- ✓ Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.6.2. No caso de sociedade empresária:

- ✓ Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

3.6.3. No caso de sociedade simples:

- ✓ Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

3.6.4. No caso de outra pessoa:

a) Procuração pública ou particular, ou ainda Credenciamento, **com firma reconhecida em cartório**, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestasse em seu nome em qualquer fase desta Tomada de Preço e cópia da Carteira de Identidade autenticada em Cartório ou pela comissão de licitação ou outro documento equivalente, do representante ou procurador e do sócio-administrador da empresa.

e

b) Documento de constituição da empresa, conforme os itens 3.6.1, 3.6.2, 3.6.3, que comprove ser o representante legal da empresa.

3. 7. Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados, **separadamente** dos envelopes “Documentação” e “Proposta de Preços”.

3.8. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3.8.1. As cópias dos documentos apresentados, que forem emitidos através da INTERNET, não necessitarão estarem autenticadas, tendo em vista que todos eles condicionaram a sua validade à verificação de autenticidade nos respectivos sites;

3.8.2. Serão aceitas somente cópias legíveis;

3.8.3. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

3.8.4. O Presidente da Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

3.9. O credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens e/ou lotes, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em umas eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a interrupção da sessão para contatos externos

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

visando o esclarecimento de dúvidas sobre o teor da mesma, ficando, todavia, os casos excepcionais para serem avaliados pelo Presidente da Comissão de Licitação.

3.10. A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá o proponente de entregar os envelopes de proposta e de habilitação, mas o impedirá de manifestar-se no certame.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Cada LICITANTE deverá entregar a Comissão Permanente de Licitação de Obras no dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, os envelopes constituídos pelos seguintes documentos:

- * Envelope A - Documentos de Habilitação
- * Envelope B - Proposta de Preços

4.2. O envelope A, contendo os Documentos de Habilitação deverá ser assim identificado:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015
ENVELOPE A - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
(NOME DA LICITANTE)

A apresentação dos Documentos de Habilitação abaixo discriminados é obrigatória e deverão estar contidos no Envelope “A” devidamente lacrado. Tais documentos, em original ou cópia autenticada, deverão ser apresentados em uma única via numerados, rubricados, sem rasuras, e se constituem dos seguintes documentos:

4.3. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) **No caso de empresário individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **No caso de sociedade empresária:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - b.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) **No caso de sociedade simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- d) **No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:** Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- e) **No caso de sociedades civis:** Ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede. Ata da sessão que elegeu a atual diretoria, arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede. Ata da sessão em que os sócios autorizaram a contratar o objeto da licitação.

Obs.: Será facultada a apresentação dos documentos no Envelope “Documentos de Habilitação” das alíneas “a, b, b.1, c, d, e” da condição 4.3., quando já apresentados no ato do credenciamento.

4.4. Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Certificado de Registro Cadastral - CRC da Prefeitura Municipal de TAQUARANA, devidamente atualizado, ou ainda, certidão emitida pelo mesmo órgão, comprobatória do preenchimento, até o terceiro dia anterior a data do recebimento das Documentações e Propostas, de todos os requisitos indispensáveis ao cadastramento, conforme relação de documentos elencados no **Anexo VI**.
- b) Certidão de Registro e Quitação da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;
- c) Certidão de Registro e Quitação do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;
- d) Comprovação, através de Atestados, da experiência da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto desta licitação. O(s) Atestado(s), emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado deverá (ao) ser acompanhados da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico) do CREA, e que deverão corresponder às parcelas de maior relevância e valor significativo.
- d.1)** Se o licitante que se valer do acervo técnico de seus responsáveis técnicos, deverá comprovar que os mesmos fazem parte de seu quadro, mediante apresentação de contrato de trabalho ou carteira profissional ou da ficha de registro de empregados que demonstrem a identificação profissional, onde conste o nome do(s) profissional(is). Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através de certidão da Junta Comercial ou certidão do CREA, devidamente atualizada. O acervo técnico do responsável técnico será, obrigatoriamente, comprovado pela respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitida pelo CREA.

4.5. Relativos à Qualificação Econômico Financeira:

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- a) Certidão Negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da empresa, datada de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data da apresentação das propostas, caso não esteja expresso na mesma o seu prazo de validade, ou a emitida pelo site www.tjal.jus.br, ou o site correspondente a cada Estado.
- b) Prova de que dispõe de capital social integralizado e registrado, em valor igual ou superior a R\$ 147.706,92 (cento e quarenta e sete mil setecentos e seis reais e noventa e dois centavos);
- c) Balanço Patrimonial assinado por contabilista habilitado e pelo representante do licitante e demonstrações do último exercício social com a comprovação dos índices, exigível e apresentados na forma da lei;
- c. 1) – Os Balanços das Sociedades anônimas, regidos pela Lei nº 6.404/76, devem ter sido, cumulativamente:
- registrados e arquivados na Junta Comercial;
 - publicados na imprensa oficial da União ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situado a sede da companhia;
 - certificados por Contador registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade e em situação regular junto a este, demonstrada através da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, ou Certidão de Regularidade Profissional – CRP – acostada junto ao documento contábil.
- c. 2) No caso das demais empresas, devem constar das páginas correspondente do livro Diário do qual foi extraído, devidamente autenticado na Junta comercial da sede ou do domicílio do licitante, com os competentes termos de aberturas e de encerramento. O balanço tem que ser certificados por Contador registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade e em situação regular junto a este, demonstrada através da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, ou Certidão de Regularidade Profissional – CRP Certidão de Regularidade Profissional – CRP – acostada junto ao documento contábil.
- c. 3) Sociedades constituídas há menos de um ano poderão participar do torneio apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade; O balanço tem que ser certificados por Contador registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade e em situação regular junto a este, demonstrada através da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, ou Certidão de Regularidade Profissional – CRP – acostada junto ao documento contábil.
- c.4) A situação financeira da licitante será avaliada através do demonstrativo de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), assinado por contador registrado no C.R.C e em situação regular junto a este, demonstrada através da DHP, sendo que os índices deverão ser calculados na forma abaixo obedecendo aos seguintes parâmetros:

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- $LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$, maior ou igual a 1.
- $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$, maior ou igual a 1.
- $ET = \text{Exigível Total} / \text{Ativo Total}$, menor ou igual a 1.

c.5) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, devem apresentar o balanço patrimonial, e as Demonstrações do Resultado e as Notas Explicativas ao final do último exercício social em cumprimento ao Inciso I do artigo 31 e ao caput do artigo 32, ambos da lei 8.666/93 e do artigo 26 da Resolução CFC nº 1.418 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte.

4.6. Relativos à Regularidade Fiscal:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Certidão Negativa da Receita Federal conjunta com Previdência Social (da sede da empresa);
- Prova de quitação junto a Fazenda Estadual da sede da empresa;
- Prova de quitação junto a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS - CRF);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

4.7 . Declarações:

- Declaração de visita ao local das obras.
- Declaração, sob as penalidades da lei, de superveniência de fato impeditivo de habilitação, conforme modelo no Anexo I.
- A microempresa ou empresa de pequeno porte, por meio de seu representante, deverá apresentar a Declaração por escrito, nos termos do anexo II, para usufruir dos benefícios legais. A declaração deve estar acompanhada de documento expedido pela Junta Comercial, ou pelo site oficial da junta comercial do estado onde está localizada a empresa comprovando a sua condição de ME ou EPP. A falsidade de Declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal da Falsidade ideológica, conforme transcrição abaixo:**

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

- d) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 – **Anexo III**.
- e) Declaração que o proponente não possui vínculo empregatício com a Administração Municipal, Estadual e/ou Federal. **Anexo IV**.

4.8. DA REGULARIDADE FISCAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

4.8.1. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal das microempresas ou das empresas de pequeno porte, será concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o (s) licitante (s) foi (ram) declarado (s) vencedor (es) do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Conforme estabelece o art. 43, § 1º da Lei Complementar Nº 147, de 7 de agosto de 2015.

4.8.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado ao Presidente da Comissão de Licitação do Município convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou cancelar a licitação.

4.8.3. Serão consideradas inabilitadas as LICITANTES quando fatos supervenientes à habitação, só posteriormente chegados ao conhecimento da Comissão Permanente de Licitação de Obras, possam justificar o reexame dos requisitos de habilitação jurídica, técnica, financeira e fiscal das anteriormente consideradas habilitadas, mesmo após a abertura dos Envelopes das Propostas.

4.8.4. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentos para habilitação exigidos neste Edital. A Comissão Permanente de Licitação de Obras poderá exigir em qualquer oportunidade, os esclarecimentos complementares que julgar necessários ao perfeito entendimento e compreensão das propostas apresentadas.

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

4.8.5. Será admitido apenas 01 (um) representante formalmente credenciado pela empresa interessada.

4.8.6. Não serão objeto de exame ou deliberação os fatos ou alegações não pronunciadas ao encerramento de cada sessão, bem como as não inseridas nas respectivas atas. Não cabendo, conseqüentemente, aos ausentes o direito a qualquer reclamação.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5. 1. O Envelope "B" contendo a Proposta de Preços deverá ser assim identificado:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015
ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇOS
(NOME DA LICITANTE)**

5.2. As Propostas de Preços - Envelope "B" serão entregues em envelopes fechados, juntamente com Envelope "A" - Documentos de Habilitação, na data, hora e local determinados no preâmbulo deste Edital, impressas em papel timbrado, por processo mecânico ou informatizado, devidamente numeradas, rubricadas e assinada por representante legal, contendo, obrigatoriamente, as peças adiante especificadas:

(a) Carta-Proposta da qual constarão, necessariamente, os seguintes elementos:

(a.1) Preço global da proposta, em algarismo e por extenso, de acordo com a planilha orçamentária, expresso em Real;

(a.2) Prazo de execução das obras;

(a.3) Prazo de validade da proposta que deverá ser no mínimo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de entrega da mesma;

(a.4) Indicação do nome, CPF/MF e cargo na empresa, do responsável legal que deverá assinar o contrato caso seja vencedora.

(b) Planilha Orçamentária, elaborada segundo modelo fornecida pela PREFEITURA, de que constarão todos os preços unitários e totais, incluindo todas as despesas diretas e indiretas correspondentes bem como o preço global para execução das obras objetivadas.

(c) Cronograma físico-financeiro, elaborado segundo modelo fornecida pela PREFEITURA.

5.3. Composição detalhada do B.D.I.

5.4. Ocorrendo divergência entre os valores dos preços unitários e os totais resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros. No caso de discrepância entre valores expostos em algarismos e as correspondentes indicações por extenso, dar-se-á prevalência a estes últimos.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

6. DA AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1. Na mesma data, será procedida à abertura dos Envelopes contendo os Documentos de Habilitação, que serão rubricados pela Comissão Permanente de Licitação de Obras e pelas LICITANTES presentes.

6.2. Os Envelopes contendo as Propostas de Preços permanecerão inviolados e sob a guarda da Comissão.

6.3. Após o exame e julgamento da Documentação, que poderá ocorrer, a critério da Comissão Permanente de Licitação de Obras, na mesma ou em outra sessão, será comunicado o resultado da fase habilitatória, com a convocação das empresas habilitadas para a fase seguinte do certame.

6.4. À PREFEITURA reserva-se o direito de solicitar esclarecimentos ou comprovações de documentos apresentados.

6.5. Serão inabilitadas as LICITANTES cuja documentação se apresente incompleta ou, irregular, na forma das exigências deste instrumento.

6.6. Será devolvido inviolado o Envelope "B" das LICITANTES que não forem habilitadas, decorrido o prazo legal sem interposição de Recurso, tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento do recurso.

6.7. Será lavrada a ata circunstanciada do evento, contendo as principais ocorrências, a qual será assinada pela Comissão Permanente de Licitação de Obras e pelos representantes das empresas participantes.

7. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Na data, hora e local designada pela Comissão Permanente de Licitação de Obras será procedida à abertura dos Envelopes contendo as Propostas de Preços das LICITANTES habilitadas, cujo conteúdo será rubricado pela Comissão Permanente de Licitação de Obras e pelos representantes credenciados das empresas.

7.2. A PREFEITURA através da sua Comissão Permanente de Licitação de Obras apreciará as Propostas de Preços das LICITANTES habilitadas, desclassificando aquelas que:

(a) Apresentarem propostas com omissões, rasuras, erros substanciais ou desatendam as condições exigidas.

(b) Se revelem manifestamente inaceitáveis ou inexequíveis.

(c) Apresentar preço baseado em outra(s) proposta(s).

(d) Apresentar preço(s) unitário(s) nulo(s), e /ou simbólico(s).

8. DA AVALIAÇÃO FINAL

8.1. Apenas serão aceitas as propostas que, formalizadas na estrita conformidade das exigências fixadas neste ato convocatório, inclusive no que se refere à presença de todas as peças elencadas

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

no item 5, ofereçam preços unitário e global reconhecidamente exequível e consistente com o comportamento do mercado.

8.2. Será julgada vencedora deste certame licitatório a empresa que atendidas todas as exigências deste Edital, propuser o menor preço global.

8.3. Verificada absoluta igualdade entre 02 (duas) ou mais propostas de menor preço, a escolha da LICITANTE vencedora far-se-á por sorteio, em sessão pública.

9. DOS PRAZOS

9.1. Os prazos para execução e conclusão da obra estão estabelecidos na Minuta de Contrato.

10. DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1. A despesa decorrente desta licitação correrá a conta da(s) Funcional(ais) Programática(s) estabelecida na Minuta de Contrato.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. A LICITANTE vencedora deverá assinar o contrato na conformidade com minuta anexa a este Edital, até 03 (três) dias consecutivos depois de notificada pela PREFEITURA.

11.2. No caso da empresa vencedora não comparecer para a assinatura do respectivo instrumento de contrato no prazo supracitado, contado a partir da data da notificação, a PREFEITURA ficará com a liberdade, e a seu critério, de convocar as demais sucessivamente, na ordem de classificação, com preço e prazo da proposta vencedora.

11.3. O presente Edital será parte integrante do contrato e a Minuta de Contrato anexa, integra este instrumento.

11.4. Mediante prévia e expressa aprovação da PREFEITURA, a CONTRATADA poderá subcontratar partes das obras e serviços.

11.5. A LICITANTE vencedora que vier a ser contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Também providenciará a remoção de resíduos, entulhos, etc., decorrentes da movimentação das obras, bem como a recuperação e reconformação de áreas danificadas pelo uso do solo ou jazidas de qualquer natureza. Serão ainda removidas construções e instalações provisórias de qualquer natureza que tenham sido efetuadas pela CONTRATADA.

12. DAS GARANTIAS

12.1. Como garantia de execução deste Contrato, a CONTRATADA apresentou garantia no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 3% do valor total previsto deste Contrato, na modalidade _____, conforme disposto no §1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, a qual ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

12.2. A garantia prestada pela CONTRATADA somente será liberada depois de certificado, pela CONTRATANTE, que o objeto deste Contrato foi totalmente realizado a contento.

12.2. O valor prestado em garantia de execução responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não conclusão ou conclusão incompleta do objeto e pelas eventuais multas aplicadas independentes de outras cominações legais.

12.3. A liberação da garantia será procedida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela CONTRATADA.

12.4. Após a realização da última sessão e declarada a empresa vencedora para execução e conclusão das obras o representante da empresa tem três dias úteis para apresentação da garantia, conforme estabelece o art. 56 da Lei 8.666/93.

13. DO PAGAMENTO

13.1. As medições serão mensais e os pagamentos serão efetuados, com base em valores apurados mensalmente em medições das obras e serviços efetivamente executados no período, conforme o termo de referência, e nos preços unitários constantes do contrato.

13.2. As faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição que conterão o visto da fiscalização.

13.3. O pagamento de cada fatura se realizará até 10 (dez) dias consecutivos contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

13.4. Ao requerer o pagamento da segunda medição, a CONTRATADA deverá anexar o comprovante de registro do contrato junto ao CREA, nos termos da Resolução nº 257 de 19.09.78 do CONFEA, sob pena de não receber o pagamento da referida medição.

13.5. Ocorrendo atraso de pagamento de fatura não sendo provocado pela CONTRATADA, a mesma será corrigida monetariamente de acordo com a variação do IGPM, ou outro índice que venha a substituí-lo, no período compreendido entre a data do vencimento e a do seu efetivo pagamento, de acordo com a legislação específica.

14. DO REAJUSTAMENTO

14.1. Os preços propostos não serão passíveis de reajustamento pelo período de 12 (doze) meses, na forma da Lei Federal nº 9.069 de 29.06.95. Após este período, os mesmos serão reajustados na mesma periodicidade e com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Ocorrendo inadimplência na fase licitatória ou durante a execução do contrato, descumprimento ou desconsideração de qualquer das cláusulas do instrumento contratual, ficará a contratada sujeita a aplicação das sanções e penalidades previstas na lei que rege a espécie e contidas na minuta do contrato.

16. DA FISCALIZAÇÃO

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

16.1. As obras e serviços serão fiscalizados por técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que serão credenciados pelo(a) Secretário(a) de Obras e Infraestrutura do Município, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o pleno exercício de suas funções.

17. DO RECEBIMENTO DOS OBRAS E SERVIÇOS

17.1. As obras e serviços objeto desta licitação serão recebidas por uma comissão de técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, devidamente designada.

17.2. O recebimento dar-se-á mediante termos de recebimento, provisório e definitivo na forma prevista no contrato.

17.3. As obras e serviços somente serão recebidos, após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

18. DOS RECURSOS

18.1. Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação de Obras de Obras caberá recursos ao Prefeito do Município, através da Presidente da Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da lavratura da ata.

19. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

19.1. Proclamado o resultado da licitação, o processo será encaminhado ao Prefeito do Município de Taquarana que deliberará sobre a regularidade do certame licitatório, procedendo a sua homologação e posterior ato adjudicatório.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O preço global estimado para execução das obras e serviços objeto deste certame seletivo é de R\$ 1.477,069,27 (um milhão quatrocentos e setenta e sete mil sessenta e nove reais e vinte e sete centavo).

20.2. A Comissão Permanente de Licitação de Obras poderá propor ao Prefeito do Município a revogação ou anulação desta licitação, sem que disso decorra para as LICITANTES qualquer direito à indenização, compensação ou reclamação.

20.3. A PREFEITURA se reserva o direito de revogar o procedimento licitatório e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a assinatura do contrato, por justificada conveniência administrativa ou anulá-lo por ilegalidade, sem que às LICITANTES caibam quaisquer direito à indenização ou ressarcimento.

20.4. Em qualquer fase do certame seletivo, a Comissão Permanente de Licitação de Obras poderá solicitar as LICITANTES os esclarecimentos eventualmente necessários a um perfeito entendimento e compreensão das propostas apresentadas.

20.5. Em nenhuma hipótese serão admitidas propostas alternativas.

20.6. A PREFEITURA poderá introduzir aditamento, modificações, ou revisões no presente Edital e seus anexos, até 05 (cinco) dias antes da data marcada para entrega das Propostas. Tais



PREFEITURA MUN. DE TAQUARANA/AL

FLS.: _____

ASS.: _____

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

procedimentos serão encaminhados através de carta circular, correio eletrônico ou telefax, a todos os interessados que tenham adquirido o "dossiê" desta licitação.

20.7. Qualquer alteração significativa, a critério da PREFEITURA, ou que importe em alteração nas propostas em elaboração pelos LICITANTES, ocorrida após a publicação do aviso pertinente a esta licitação, implicará na prorrogação do prazo de apresentação das propostas por iguais números de dias decorridos entre a mencionada publicação e a data do aviso de alteração.

20.8. Qualquer pedido de esclarecimento à Comissão Permanente de Licitação de Obras apenas será conhecido e respondido caso formulado por escrito e protocolado até 04 (quatro) dias antes da data designada para o recebimento dos Documentos e Propostas.

20.9. As respostas às consultas formuladas pelas LICITANTES serão obrigatoriamente respondidas pela Comissão, até 02 (dois) dias antes da data marcada para recebimento das Documentações e Propostas, permanecendo disponíveis ao conhecimento de qualquer interessado, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

20.10. Mediante prévio e formal consentimento da PREFEITURA os casos e as hipóteses de subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência e de rescisão do Contrato decorrente desta licitação reger-se-ão pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93.

20.11. Reserva-se a PREFEITURA o direito de a qualquer época promover alterações qualitativas ou quantitativas no projeto inerente as obras e serviços.

Taquarana, 27 de fevereiro de 2015

Milton Moreira da Silva
Presidente da CPL/Obras



PREFEITURA MUN. DE TAQUARANA/AL

FLS.: _____

ASS.: _____

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

ANEXO I

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

DECLARAÇÃO

Processo Administrativo nº -----/2015

Tomada de Preço nº ---/2015

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ ou CPF n. _____, sediada _____ (endereço completo) _____, declara para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, de não haver fatos impeditivos quanto a nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Local _____/_____/2015

Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)

CARIMBO E ASSINATURA



PREFEITURA MUN. DE TAQUARANA/AL

FLS.: _____

ASS.: _____

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou COOPERATIVA

DECLARAÇÃO

Processo Administrativo nº -----/2015

Tomada de Preço nº ---/2015

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida na, nº - -, através de seu contador o Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº e no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), sob o nº, **DECLARA**, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, enquadra-se como:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;

() COOPERATIVA, conforme o disposto nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e data

Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)

CARIMBO E ASSINATURA



PREFEITURA MUN. DE TAQUARANA/AL

FLS.: _____

ASS.: _____

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

ANEXO III

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO ART. 7, INCISO XXXIII, DA
CARTA MAGNA.**

**Processo Administrativo nº -----/2015
Tomada de Preço nº ---/2015**

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ ou CPF n.
_____, sediada _____ (endereço completo)
_____, declaro a estrita observância ao Princípio Constitucional do
art. 7º, inciso XXXIII da Carta Magna, e estou ciente de que eventual revelação da infringência à
regra, acarretará a imediata inabilitação ou desclassificação na Tomada de Preços nº
_____/2015, Processo Administrativo Nº ---/---- como a rescisão do Contrato Administrativo
que venha a firmar com o Município de TAQUARANA-AL.

Local ____/____/2015

Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)

CARIMBO E ASSINATURA



PREFEITURA MUN. DE TAQUARANA/AL

FLS.: _____

ASS.: _____

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE O PROPONENTE NÃO POSSUI VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

**Processo Administrativo nº -----/2015
Tomada de Preço nº ---/2015**

Declaro, para os devidos fins de direito e sob as penas da Lei, que eu,
_____, CPF: _____ RG: _____
_____, residente e domiciliado a Rua
_____, Município de
_____/_____, não possuo nenhum vínculo
empregatício com o serviço público Municipal, Estadual ou Federal, e também não tenho vínculo
com nenhuma empresa privada.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Concorrente

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO Nº --/2015
TOMADA DE PREÇO Nº --/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12-2014000006523

MINUTA CONTRATO DE EMPREITADA
POR PREÇO UNITÁRIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM DE UM LADO O
MUNICÍPIO DE TAQUARANA E DO
OUTRO A EMPRESA-----.

PREÂMBULO DAS PARTES E DO FUNDAMENTO

1 - MUNICÍPIO DE TAQUARANA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 12.207.445/0001-26 e com sede Administrativa na Praça Papa João Paulo II, nº 04 – Centro – Taquarana/AL, neste ato representado pelo Prefeito o Senhor **SEBASTIÃO ANTONIO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 563.953.884-87, RG nº 786.023 023 residente e domiciliado a Avenida Pedro Cícero S/N, Taquarana-AL, doravante denominada Contratada;

2 - CONTRATADA:

-----, neste atodenominada CONTRATADA, com sede na ----, nº -----Cidade -----
- / , inscrita no CNPJ (MF) sob o nº -----, neste ato representado pelo seus Sócio -----,
CPF nº -----, residente e domiciliado na Rua -----, nº ---, Bairro ----, CEP ---, Cidade
/AL.

3 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Aplica-se a esta contratação as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Passam a fazer parte integrante deste instrumento como se restrito fossem o Processo Administrativo com todas as instruções e documentos e o Edital, complementando o presente contrato para todos os fins de direito e obriga as partes em todos os seus termos, inclusive a Proposta de Preços da CONTRATADA, naquilo que não contrariar este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO: Obriga-se a CONTRATADA por força deste instrumento a contratação de empresa de engenharia civil para execução de obras de edificações públicas da Administração, Educação e Saúde no Município de Taquarana.

PARÁGRAFO ÚNICO - As obras e serviços deverão ser executados de acordo com as normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DOS RECURSOS: O presente contrato tem seu valor total estimado em R\$ ----- (-----), de conformidade com a planilha de preços da CONTRATADA.

§ 1º - O valor acima expresso, poderá variar para mais ou para menos em função das obras e serviços efetivamente executados, nos termos de que dispõe a cláusula quarta deste Contrato.

§ 2º - Fica expressamente estabelecido que os preços propostos pela CONTRATADA, incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução das obras e serviços, previstos na Cláusula Primeira deste instrumento.

§ 3º - Para pagamento do objeto decorrente desta contratação os recursos financeiros serão provenientes das Funcionais Programáticas:

Funcional Programática	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa
12.0100.13.122.00012.011	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
03.0100.04.122.00012.003	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
08.0100.20.122.00012.008	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
10.0100.20.121.00012.010	Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
14.0100.08.122.00012.007	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
09.0100.15.122.00012.009	Manutenção da Secretaria Municipal de Obras	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
13.0100.10.122.00012.013	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
12.0100.10.122.00016.014	Manutenção das Unidades de Saúde	33.90.39 – Outros Serviços de

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

		Terceiros Jurídica	Pessoa
15.0100.12.361.00011.014	Construção, Ampliação e Reforma de Escolas	33.90.39 – Serviços Terceiros Jurídica	Outros de Pessoa
15.0100.12.361.00015.003	(QSE) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	33.90.39 – Serviços Terceiros Jurídica	Outros de Pessoa

§ 4º As despesas dos exercícios subsequentes correrão à conta da dotação consignada para esta atividade, ficando adstritas aos respectivos créditos orçamentários. Devendo ser feito um Termo de Apostilamento para alteração, mudança ou acréscimo de Funcional Programática.

§ 5º - Os preços propostos não serão passíveis de reajustamento pelo período de 12 (doze) meses, na forma da Lei Federal nº 9.069 de 29.06.95. Após este período, os mesmos serão reajustados na mesma periodicidade e com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO: os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base em valores apurados em medições mensais das obras e serviços efetivamente executados no período, conforme termo de referência, e nos preços constantes da planilha de preços.

§ 1º - as faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição que conterão o visto da fiscalização.

§ 2º - o pagamento de cada fatura se realizará contados da data da apresentação da Nota Fiscal / Fatura.

§ 3º - ocorrendo atraso de pagamento de fatura não sendo provocado pela CONTRATADA, a mesma será corrigida monetariamente de acordo com a variação do IGPM, ou outro índice que venha a substituí-lo, no período compreendido entre a data do vencimento e a do seu efetivo pagamento, de acordo com a legislação específica.

§ 4º - em caso da CONTRATADA não cumprir qualquer disposição contratual, e se o fato for devidamente comprovado, os pagamentos devidos ficarão retidos até a solução da pendência, sem prejuízo de quaisquer medidas punitivas presentes neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: Nenhuma alteração ou modificação das obras e serviços contratados poderá ser efetuada pela CONTRATADA.

§ 1º - A CONTRATANTE, entretanto, poderá autorizar as modificações técnicas recomendáveis, desde que correspondam a um dos seguintes itens:

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- a) Acréscimo ou redução de quantidade de qualquer serviço previsto no contrato;
- b) Supressão de qualquer item de serviço;
- c) Execução de obras e serviços adicionais de qualquer espécie, não previsto no contrato, indispensáveis a conclusão dos obras e serviços contratados, respeitados os limites estabelecidos na lei pertinente, e com preços negociados entre as partes.

§ 2º -As alterações ou modificações necessárias e indispensáveis a perfeita execução dos obras e serviços deverão ser definidas e autorizadas pela CONTRATANTE, em processo devidamente instruído e fundamentado tecnicamente, cabendo nestes casos a formalização do Termo Aditivo.

CLAÚSULA QUINTA - DO PRAZO: O prazo para execução das obras e serviços objeto desta licitação será de 12 (doze) meses de conformidade com o Cronograma Físico Financeiro. E a vigência do contrato será a partir da data da assinatura até 12 (doze) meses.

§ 1º - A eventual reprovação dosobras e serviços, em qualquer fase de execução, não implicará em alterações de prazos, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

§ 2º - O prazo contratual poderá ser prorrogado nas seguintes hipóteses:

- a) Acréscimo de obras e serviços devidamente autorizado pela CONTRATANTE;
- b) Superveniência de fato imprevisível, alheio à vontade das partes, que afete as condições de execução.
- c) Interrupção dos obras e serviços, por ordem e interesse da CONTRATANTE.

§ 3º - Ocorrendo interrupção prevista no item “c” do parágrafo anterior, o prazo contratual ficará automaticamente prorrogado pelo mesmo número de dias.

§ 4º - ocorrendo necessidade de prorrogação de prazo contratual, o mesmo será procedido através de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato. As alterações de prazo deverão ser requeridos pelo menos 30 (trinta) dias anteriores ao término do contrato.

CLAÚSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: São de inteira responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas a pessoal, as de natureza fiscal, os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, como também, cumprir a legislação vigente no que diz respeito a segurança, higiene e medicina do trabalho.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE: A CONTRATANTE prestará a CONTRATADA todas as informações julgadas necessárias, quando solicitada por escrito em um prazo não superior a 08 (oito) dias consecutivos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aprovar as medições em tempo hábil, como também efetuar o pagamento devido, na forma que estabelece este instrumento.

CLAÚSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO: A CONTRATANTE, exercerá ampla fiscalização sobre osobras e serviços, por intermédio de seus prepostos devidamente

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

credenciados, na forma prevista no Instrumento convocatório, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o pleno exercício de suas funções.

§ 1º - DO GESTOR DO CONTRATO

O Gestor do Contrato será o Engenheiro Civil **MILTON MOREIRA DA SILVA**, portador(a) do **CREA** 021183125/5, CPF – 563.767.824-34, Matrícula 001684 lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, cujas atribuições estão a seguir relacionadas, em cumprimento ao art. 67 da Lei nº 8.666/93, é designado para a fiscalização:

§ 2º -expedir Ordem Inicial de Obras e serviços, em conjunto com o titular da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana**, com o visto da autoridade competente, em conformidade com o especificado na Propostas de Preços da(s) licitante(s) vencedora(as) e demais peças correlacionadas;

§ 3º -acompanhar e fiscalizar a execução do contrato correlacionado;

§ 4º -atestar as Notas Fiscais e lavrar Parecer de Aceitação e Aprovação dos produtos recebidos;

§ 5º -comunicar à CONTRATADA a aplicação de penalidades por descumprimento de Cláusula contratual;

§ 6º -fornecer atestado de capacidade técnica, em conjunto com a Titular da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana**, quando solicitado pelo interessado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA- DA ACEITAÇÃO DAS OBRAS: Satisfeitas todas as exigências, a CONTRATANTE através de seus técnicos procederá o recebimento das obras mediante Termo de Recebimento Provisório e posteriormente, após promover total vistoria, procederá o Recebimento Definitivo. A responsabilidade da CONTRATADA, pela quantidade e correção dos trabalhos, contudo, subsistirá na forma da lei.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA SUCONTRATAÇÃO: A critério da CONTRATANTE, mediante prévia aprovação, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária subcontratar parte das obras e serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES: Pela inexecução, erro ou execução imperfeita, mora na execução ou qualquer outra forma de inadimplemento contratual, a CONTRATADA, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal que houver, estará sujeita às seguintes penalidades segundo a natureza e gravidade da falta:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) rescisão contratual;
- d) suspensão do registro e do direito de participar de licitações;
- e) cancelamento do registro e declaração de inidoneidade para participar de licitação;
- f) a CONTRATADA sujeitar-se-á ao pagamento da multa meramente moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início das obras e serviços, até o máximo de 5% (cinco por cento), desde que o atraso devidamente comprovado, se origine de fato a ela exclusivamente imputável;

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

g) ocorrendo inadimplência durante a execução do contrato, por parte da contratada, não justificada perante a fiscalização da CONTRATANTE, a qual deverá se pronunciar por escrito, será aplicada multa de 0,05 % (cinco centésimos por cento) do montante do contrato, por dia de ocorrência, inclusive o estipulado na Cláusula Quinta, e/ou não atendimento das condições estabelecidas no contrato até o máximo de 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO: Este Contrato poderá ser automaticamente extinto independente de notificação judicial ou extrajudicial, a critério da CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização, salvo o pagamento de parte das obras e serviços que estiverem efetivamente executados, ocorrendo quaisquer das seguintes hipóteses:

- a) Infringência de qualquer cláusula deste instrumento;
- b) paralisação injustificada por atraso superior a 15 (quinze) dias consecutivos;
- c) em caso de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- d) se este contrato for cedido ou transferido no todo ou em parte sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE;
- e) por imperícia ou negligência, quando da execução das obras e serviços, devidamente comprovada;
- f) pelo não cumprimento de qualquer determinação oriunda da fiscalização e/ou normas técnicas;
- g) pela incidência de multas que totaliza 10% (dez por cento) do valor contratual;
- h) em caso de mútuo acordo ou conveniência da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por qualquer das causas supramencionadas, a CONTRATADA, além das penalidades contratuais, responderá por perdas e danos decorrentes da decisão, salvo se esta for por conveniência da CONTRATANTE, ou mútuo acordo. A rescisão se processará por ato próprio e unilateral da CONTRATANTE por simples apostila a este contrato, após a decisão do Prefeito do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS GARANTIAS

Como garantia de execução deste Contrato, a CONTRATADA apresentou garantia no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 3% do valor total previsto deste Contrato, na modalidade _____, conforme disposto no §1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, a qual ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA.

A garantia prestada pela CONTRATADA somente será liberada depois de certificado, pela CONTRATANTE, que o objeto deste Contrato foi totalmente realizado a contento.

A liberação da garantia será procedida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO: Os contratantes elegem o foro da cidade de Taquarana/Estado de Alagoas, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, que não forem resolvidas administrativamente, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUN. DE TAQUARANA/AL

FLS.: _____

ASS.: _____

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

E, por estarem assim justos e acordes, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Taquarana, -----

SEBASTIÃO ANTONIO DA SILVA

Prefeito
CONTRATANTE

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF.
RG.RG.

CPF.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

ANEXO VI

OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA EMISSÃO DO **CRC DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA** SÃO OS RELACIONADOS ABAIXO:

1. Contrato Social e todas as alterações posteriores, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado da sede da empresa;
2. Cartão de Inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
3. Certidão Negativa da Receita Federal conjunta com Previdência Social (da sede da empresa);
4. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS - CRF);
5. Certidão de Registro e Quitação da **empresa** junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA;
6. Certidão de Registro e Quitação do **responsável técnico** ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA;
7. Certidão Negativa de falência, concordata e recuperação judicial;
8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
9. Balanço Patrimonial assinado por contabilista habilitado e pelo representante do licitante e demonstrações do último exercício social com a comprovação dos índices, exigível e apresentados na forma da lei;
9. 1) – Os Balanços das Sociedades anônimas, regidos pela Lei nº 6.404/76, devem ter sido, cumulativamente:
 - registrados e arquivados na Junta Comercial;
 - publicados na imprensa oficial da União ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situado a sede da companhia;
 - certificados por Contador registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade e em situação regular junto a este, demonstrada através da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, ou Certidão de Regularidade Profissional – CRP – acostada junto ao documento contábil.
9. 2) – No caso das demais empresas, devem constar das paginas correspondente do livro Diário do qual foi extraído, devidamente autenticado na Junta comercial da sede ou do domicílio do licitante, com os competentes termos de aberturas e de encerramento. O balanço tem que ser



PREFEITURA MUN. DE TAQUARANA/AL

FLS.: _____

ASS.: _____

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

certificados por Contador registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade e em situação regular junto a este, demonstrada através da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, ou Certidão de Regularidade Profissional – CRP Certidão de Regularidade Profissional – CRP – acostada junto ao documento contábil.

9.3) – Sociedades constituídas há menos de um ano poderão participar do torneio apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade; O balanço tem que ser certificados por Contador registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade e em situação regular junto a este, demonstrada através da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, ou Certidão de Regularidade Profissional – CRP – acostada junto ao documento contábil.

9.4) – A situação financeira da licitante será avaliada através do demonstrativo de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), assinado por contador registrado no C.R.C e em situação regular junto a este, demonstrada através da DHP, sendo que os índices deverão ser calculados na forma abaixo obedecendo aos seguintes parâmetros:

-LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo, maior ou igual a 1.

-LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante, maior ou igual a 1.

-ET = Exigível Total / Ativo Total, menor ou igual a 1.

9.5) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, devem apresentar o balanço patrimonial, e as Demonstrações do Resultado e as Notas Explicativas ao final do último exercício social em cumprimento ao Inciso I do artigo 31 e ao caput do artigo 32, ambos da lei 8.666/93 e do artigo 26 da Resolução CFC nº 1.418 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte.